



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
BACHARELADO EM AGROECOLOGIA

Eduardo Henrique Vieira Calado

EDUCAÇÃO: UMA PRÁTICA SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA LIGADA À
AGROECOLOGIA

Recife

2026

Eduardo Henrique Vieira Calado

EDUCAÇÃO: UMA PRÁTICA SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA LIGADA À
AGROECOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de Memorial
submetido ao curso de Bacharelado em Agroecologia da
Universidade Federal Rural de Pernambuco como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel
em Agroecologia

Orientadora: Prof. Dra. Gilvânia Oliveira Silva

Recife

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

C142e Calado, Eduardo Henrique Vieira.
Educação: uma prática social, cultura e política
ligada à agroecologia / Eduardo Henrique Vieira
Calado. – Recife, 2026.
40 f.

Orientador(a): Gilvânia de Oliveira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Agroecologia, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Educação Popular. 2. Extensão Rural. 3.
Expressões Culturais. I. Silva, Gilvânia de Oliveira,
orient. II. Título

CDD 630.2745

Eduardo Henrique Vieira Calado

EDUCAÇÃO, UMA PRÁTICA SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICA LIGADA À
AGROECOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de [bacharel(a)] e aprovado em sua forma final pelo Curso de Bacharelado em Agroecologia.

Recife/PE, 10 de Fevereiro de 2026.

Ana Claudia De Lima e Silva

Coordenação do Curso

Banca examinadora

—

Prof.(a) Dr.(a) Gilvânia de Oliveira Silva

Orientador(a)

Prof.(a) Dr.(a) JOANNA LESSA FONTES SILVA

UFRPE

Prof.(a) Dr.(a) Horasa Maria Lima da Silva

UFRPE

Prof.(a) Dr. Luiz Mattos (Suplente)

Suplente - UFRPE

Bruno dos Santos Silva

Examinador Externo - EFA Sobradinho/BA

AGRADECIMENTOS

Nessa etapa do texto acho mais viável agradecer por ordem de chegada em minha vida desde o nascimento até os dias de hoje. Agradeço a minha Alessandra Maria Vieira que me deu o primeiro alimento e me nutriu no começo de minha vida até os dias de hoje, sempre fez de tudo para nos dar o máximo conforto dentro de uma comunidade mais empobrecida. De minha mãe eu carrego força, resiliência e esperança para continuar avançando na jornada. Do meu pai Laudenor Alves Calado carrego a vontade de ajudar quem precisa sem esperar algo em troca. Com pai aprendi a entender o valor do trabalho e a sempre perdoar. Mesmo ambos não percebendo, sou uma junção de cada um, meio Alessandra e meio Laudenor.

Às minhas avós matriarcas da família, Maria Santana Vieira (in memorian), Terezinha e Eunice Alves Dias, que vieram de territórios diferentes em busca de mais qualidade de vida na cidade e acabaram sofrendo com falta de emprego e moradia, além dos abusos que não deixaram de continuar após a saída do campo, mas seguiram firmes e todas puderam desfrutar depois de longos anos de trabalho após se aposentarem.

Meus agradecimentos a todas as pessoas que cuidaram de mim quando minha mãe ia trabalhar e não podia deixar eu e meu irmão Lucas Vinicius Vieira Calado sozinhos, estamos aqui por causa delas, o dinheiro era pouco então tenho certeza que não era só pelo valor recebido.

Agradeço a todos os meus companheiros de turma que fizeram o caminho ser bem mais leve e fluido nesses quase 4 anos de universidade, também não menos importante o corpo docente do curso, principalmente a professora Gilvânia de Oliveira Silva , que tenho o prazer de chamar de orientadora, ela sempre esteve disposta a repassar toda sua experiência tanto nos primeiros períodos quanto nos últimos.

Por fim chegamos ao começo de uma nova jornada, após o término do bacharelado em agroecologia campesinato e educação popular não finalizamos uma etapa, mesmo que no currículo lattes apareça destacado para quem acessar nossos “links”, o que quero dizer nesses parágrafos iniciais é que o BACEP não tem fim, se configura como uma grande teia interligando alunos, professores e seus respectivos territórios crescendo a cada dia o número de nós para fortalecer essa jornada.

RESUMO

O presente memorial pretende mostrar como a educação popular difundida e incentivada por Paulo Freire e outros autores/as, pode ajudar à refletir e mudar a vida das pessoas. Assim construo este documento trazendo os aprendizados significativos relacionando com minha linha do tempo, antes e durante o curso - na minha convivência social em espaços que foram importantes na minha construção pessoal, e como a agroecologia se manifesta nessas experiências. Os instrumentos metodológicos utilizados foram: as anotações, relatórios, vivências, imersões, estágio e leituras da temáticas escolhidas para serem aprofundadas: Educação Popular, Expressões culturais e Extensão Rural. Fortaleço a potência das expressões culturais do campesinato como instrumento educativo para além da arte e de empoderamento social, cultural e político, temática que foi presente em todos os períodos direta ou indiretamente, assim como à educação popular e as expressões culturais, que são complementares, uma a outra no decorrer deste memorial. A terceira e última temática trabalhada, foi a que me trouxe ao curso, a extensão rural agroecológica muito bem conceituada por estudiosos(as) da agroecologia, foi temática base para a escolha da experiência de estágio supervisionado obrigatório 1, onde trago meus aprendizados acerca do exercício de extensionista que observei durante esses anos como convidado de algumas vivências.

Palavras-chave: Educação Popular; Extensão Rural; Expressões Culturais;

ABSTRACT

This memorial aims to show how popular education, disseminated and encouraged by Paulo Freire and other authors, can help reflect on and change people's lives; thus, I construct this document by bringing significant learning experiences related to my timeline, before and during the course—in my social coexistence in spaces that were important in my personal construction, and how agroecology manifests in these experiences. The methodological instruments used were notes, reports, experiences, immersions, internships, and readings of the themes chosen for further study: Popular Education, Cultural Expressions, and Rural Extension. I strengthen the power of peasant cultural expressions as an educational instrument beyond art and as a means of social, cultural, and political empowerment, a theme that was present in all periods directly or indirectly, as well as popular education and cultural expressions, which are complementary to one another throughout this memorial. The third and last theme addressed was the one that brought me to the course: agroecological rural extension, highly regarded by agroecology scholars, which was the base theme for choosing the mandatory supervised internship 1, where I share my learning about the role of the extensionist that I observed during these years as a guest in some experiences.

Keywords: Popular Education; Rural Extension; Cultural Expressions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR – ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL

AMEFAS – ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SOBRADINHO

ANCAR – ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CRÉDITO AGRÍCOLA RURAL

ATER – ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

BACEP – BACHARELADO EM AGROECOLOGIA CAMPESINATO E EDUCAÇÃO POPULAR

EFAS – ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SOBRADINHO

IFPE – INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

IRPAA – INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA

SAFUC – SISTEMA AGROFLORESTAL URBANO E COMPOSTAGEM

UFRPE – UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

VRC – VIVÊNCIA REALIDADE CAMPO

VU – VIVÊNCIA UNIVERSIDADE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 VIVENCIANDO O CURSO DE BACHARELADO EM AGROECOLOGIA CAMPEPINATO E EDUCAÇÃO POPULAR NA UFRPE.....	14
3. EDUCAÇÃO POPULAR PARA UM NOVO ESPERANÇAR.....	18
3.1 Educação popular “ de andata” na cidade do Recife.....	19
3.2 - Expressões culturais camponesas e a agroecologia.....	23
4. DA ZONA DA MATA AO SERTÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS EM BUSCA DA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICAS.....	26
4.1 - ESO 1 - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA).....	30
4.2 - ESO 2 - Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS).....	33
5. CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIA.....	38

1 INTRODUÇÃO

Eu me chamo Eduardo Henrique Vieira Calado em homenagem ao meu genitor que nem conheci, o mesmo acabou iludido e consumido pelo mundo, “virando estatística”¹, morreu aos 23 anos de idade. Suas histórias foram contadas por todos que o viam quando olhavam para o meu rosto, falo isso porque sempre me comparavam a outra pessoa, nunca tive uma identidade própria, por muito tempo vivendo a sombra de alguém que já se foi.

Hoje me vejo dono de minha própria identidade, construindo novas formas de enxergar a vida, ambas as histórias estão conectadas não só pelas características genéticas passadas, também pela falta e presença respectivamente de algo extremamente importante para a construção do sujeito, seja mulher ou homem.

A tomada de consciência quanto ser humano e do estar e transformar o mundo tem à ver com a educação popular, que tem ou deveria ter, como princípios orientadores para todas as modalidades de educação, independente da formalidade ou não, defendida pelo professor Paulo Freire em seu livro “ educação como prática de liberdade”, aquela que liberta, que trabalha e vai afundo no cotidiano do educando, construída de forma horizontal e não verticalizada, e somando ao saber de ambos, tanto do aprendiz quanto educador. Nesta obra, Freire problematiza a educação tradicional formal, bancária e hegemônica.

Não seria, porém, com essa educação desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra “milagrosamente” esvaziada da realidade que deveria representar, pobre de atividades com o que o educando ganhe experiência do fazer, que desenvolveríamos no brasileiro criticidade de sua consciência, indispensável à nossa democratização (Freire, 2018, p. 124-125.).

Para o autor, a construção de uma consciência crítica advém da necessidade direta de se pensar a realidade do sujeito dentro do processo educativo, com objetivo de formar seres pensantes que discutam sobre os seus direitos como seres humanos.

A falta de uma construção popular educativa afetou a grande maioria das pessoas que construíram minha comunidade; o analfabetismo ainda hoje predomina nos sujeitos acima de 50 anos, a educação convencional não atendia e não atende na atualidade, a demanda das mulheres e homens que tinham que trabalhar muito cedo por conta da falta de estrutura mínima para se viver dentro das cidades. Vivo onde antes era “engenho Casa Forte”, hoje, situada como zona urbana do Recife. Esse território foi ocupado por membros de minha família no ano de 1960 aproximadamente, localizado às margens do rio Capibaribe, região

¹ Palavra usada nas periferias para se referir a jovens negros que morreram antes de completar 24 anos.

mais abaixo do rio, onde a água escorria nos períodos chuvosos. Aqui se formaram 4 comunidades: Lemos Torres, Santa Ana, Poço da Panela e Vila Vintém. Esses terrenos eram menos vistos pelos “donos da terra”, ficando mais fácil de ser ocupado pela população de alta vulnerabilidade socioeconômica, e assim se manteve por muito tempo.

Esse é um pouco da história que eu conheço, contada pelos mais antigos, primeiramente 3 famílias vinda de cidades interioranas que ocuparam o espaço na comunidade Lemos Torres, essas famílias traziam consigo a cultura campesina de criar animais. Acabaram se adaptando aos períodos de chuva, aproveitavam os espaços que tinham para continuar com essa dinâmica, já que a cidade ainda não era tão urbanizada naquela época. Com o passar dos anos, foi se intensificando a venda de lotes para outras famílias vindas do interior, passando a ser comum, o que antes era um alagado ou várzea, se transformou com o aglomerado de habitações e pessoas, com casas feitas de palafitas² e de alvenaria³ para aquelas famílias que tinham um pouco mais de dinheiro.

Minhas avós chegaram com esse grupo e foram logo exercendo a função de doméstica, depois foi a vez da minha mãe trabalhar nessa função, todas deixando seus filhos em casa, para cuidar da casa dos outros, trabalho esse muito digno, mas que deixou marcas físicas e psicológicas. A escritora Fernandes (2019) descreve em seu livro “ Eu empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada”, os abusos sofridos por essas mulheres de maioria negra, através de relatos vivenciados no exercício de sua função como governanta geral, tratando o problema como hereditário pois sua avó e mãe também foram empregadas domésticas. Realidade que a desigualdade social ainda permite que exista.

Para romper com essa linha hereditária e o ciclo de pobreza, meus pais apostaram e acreditaram na educação convencional formal oferecida nas escolas estaduais, foi o meio-visto para eles. Pela falta de conhecimento, não existiam diferentes tipos de construções educativas, a aprendizagem é a mesma em qualquer local e ela não vai interferir no desenvolvimento do educando ao menos que ele queira. Como ambos trabalhavam integralmente, não podiam deixar os filhos soltos na rua ou dentro de casa, sozinhos - problema muito comum dentro da nossa comunidade há muitos anos.

Na época existia na paróquia de Casa Forte, comandada pelo Padre Edwaldo Gomes⁴, 2 espaços onde as crianças da região poderiam se abrigar no período da manhã e ir a escola convencional a tarde, essa casa de acolhimento oferecia café da manhã, almoço, práticas

² Casas feitas com madeira, por ser um material mais barato.

³ Casas feitas com vigas, tijolos e outros materiais oferecendo um melhor conforto.

⁴ Pároco da igreja de Casa Forte responsável pela celebração das missas do bairro, muito influente, nos espaços de debate social na cidade do Recife.

educativas, culturais e atividades recreativas às crianças. Este foi meu primeiro contato com alguns elementos da cultura popular: o maracatu, a capoeira, o cavalo marinho e o coco de roda, usados para educar os sujeitos na perspectiva que consigam se identificar na cultura local, indo em contrapartida do método convencional que faz uso da cultura erudita externa, como forma de dominação.

A educação está em todos os espaços e pode ser libertador e emancipatório, vale à pena reconhecer que somos sujeitos culturais, é um aprendizado reconhecer isso, pois ajuda no fortalecimento da identidade. Nas palavras de Freire (2018, p. 143) “descobriria que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura é também uma obra de um grande escultor, de um pintor, de um grande místico, ou de um pensador”. Na passagem acima, o autor comenta sobre o potencial da cultura no processo de alfabetização humana, através do seu reconhecimento a determinada atividade comum em seu território.

Outro ponto marcante de minha infância, tive contato com o lado rural da minha comunidade, já mencionado anteriormente, quando o bairro de Casa Forte ainda abrigava espaços verdes nas extremidades, nos espaços abertos era comum a presença de porcos, cavalos, bodes e galinhas evidenciando resquícios da atividade campesina. Por conta dessas lembranças e vivências adquirir o gosto pela criação animal, dessa maneira vivenciando esporadicamente as atividades de manejo feitas pelos donos. A princípio, conhecia apenas a medicina veterinária como profissão para quem gosta desse tema, depois já no ensino médio descobri a zootecnia e decidi seguir o caminho das ciências agrárias.

Meu primeiro contato com a agroecologia foi nessa etapa, focado somente no policultivo de mandioca, feijão e milho, juntamente com o uso de caldas para controle de predadores naturais e controle das plantas espontâneas. Toda perspectiva social foi deixada de lado, chegou à pandemia em 2020 e o ensino remoto durante todo o nível médio no curso técnico em zootecnia no Instituto Federal de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão - PE. Contudo, a busca pela prática de campo se fazia necessário, então passados 2 anos, foi liberado o ensino presencial. Um marco desta etapa remota, foi ter vivenciado remotamente as aulas de extensão rural, definindo o caminho que eu ia seguir daqui por diante.

No ano de 2021 concluí o curso de técnico do IFPE e ingressei no Colégio Agrícolas Dom Agostinho Ikas (CODAI) da UFRPE pela necessidade de ter aulas práticas, não vivenciadas no curso anterior. Neste último, desisti no terceiro período, quando recebi o edital de matrícula do Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular na Universidade Federal Rural de Pernambuco (BACEP/UFRPE), já aberto para 2021.2 com

entrada em julho do mesmo ano. Estava na hora de construir um caminho novo, mas agora tentando encontrar a extensão rural dentro da agroecologia. Onde voltou o contato com a memória corporal e as expressões artísticas culturais da época que vivenciei no projeto da Igreja.

O BACEP é um Bacharelado que funciona em Regime de Alternância⁵ e dividido por 4 eixos anuais ou 8 semestres, ou seja, 1 eixo corresponde a 2 semestres, sendo assim:

Cada ano se organiza a partir de um eixo e um objetivo metodológico orientador que subsidiará a organização pedagógica de todo o semestre. Ao invés de disciplinas, foram elencadas temáticas por semestre que serão o ponto de articulação entre as diversas disciplinas (UFRPE, 2019, p 36.).

Os eixos em questão são: 1 - Conhecer o etno agroecossistema; 2. Planejar e agir na transformação do etno agroecossistema; 3. Agir no etnoagroecossistema; 4. Avaliar, analisar e sistematizar a ação no etnoagroecossistema. Dentro de cada eixo, há um conjunto de temáticas abordadas e trabalhadas de forma teórica e prática nas múltiplas metodologias apresentadas pelos docentes e convidados externos ao curso, porém, ligados ao movimento agroecológico. Cabe salientar que parte dessa estrutura tem inspiração na vivência dos movimentos sociais, já que o curso também prepara o agroecólogo para atuação nesses espaços.

Dentro da metodologia, destacamos os grupos de autogestão que estimulam os estudantes em grupos (infraestrutura, cuidados, avaliação e sistematização) a gerirem de forma participativa os tempos em sala de aula e toda a vivência externa a universidade, avaliando, sistematizando, dando ênfase nas expressões culturais dos diferentes territórios, e cuidando dos espaços coletivos e dos próprios companheiros de turma.

Este trabalho de conclusão de curso tem formato de memorial e pretende de forma escrita expor minha trajetória nesses 4 anos (2021.2 à 2025.2) de BACEP.

A metodologia utilizada para a escrita deste memorial consiste na consulta de relatórios de realidade campo, importante ferramenta no resgate das memórias específicas que dialogam com esse trabalho. Durante esses 4 anos de curso, muitos relatórios e atividades de campo externas à universidade foram escritos e vivenciadas, a sistematização de toda essa história vai ser contada a partir de temáticas de minha escolha.

⁵ O regime de alternância em resumo é uma metodologia que vai favorecer a permanência do estudante campesino dentro da universidade, a partir do seu retorno ao território sempre que a semana de vivência universidade acabar, pois o trabalho no campo ainda permanece sendo exercido.

Este memorial tem o cunho estritamente qualitativo pois a característica subjetiva do próprio memorial, ou seja o aluno pretende narrar sua trajetória a partir do seu olhar sobre a academia e o curso superior. Nessa construção passei por diversas organizações: a biblioteca do Nasedouro de Peixinho, Comunidade do Coque, Núcleo Educacional Irmão Menores e Comunidade Pequenos Profetas, todos em Recife. Já os foram os estágios supervisionados obrigatórios, os dois feitos na Bahia - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPPA - Juazeiro) e Escola Família Agrícola (EFA - Sobradinho).

Aqui, as 3 temáticas escolhidas para serem aprofundadas são, Educação Popular (1º período), Extensão rural agroecológica (5º período) e Expressões Culturais do campesinato (4º e 7º períodos). Essas três temáticas foram as que estiveram mais presentes durante toda a minha vivência, principalmente externa à academia. A primeira temática a ser abordada é a “educação popular”, nessa etapa é preterido relacionar minhas vivências com a fala e estudos de alguns teóricos, são eles Freire (2018), Brandão (2002), Souza (2007), referências estas utilizadas durante o curso para entendermos do que se trata a educação popular e a partir disso como ela dialoga com a agroecologia na formação do agroecólogo educador.

A segunda foi a Extensão rural agroecológica foi apresentada como temática em mais de um período, porém em todos estes momentos, bastante diferentes. Primeiramente com um olhar mais socioeducacional e tecnológico e outras mais baseado nos princípios da agroecologia dialogando com os aspectos agrários, comunicação e pesquisa e planejamento participante dialogando com os autores(as) que nos inspiraram foram Caporal (2015), Caporal, Costabeber e Paulus (2005) e Lima (2012). Só vem reafirmar as experiências externas à universidade, não só relacionadas a atividades de vivência realidade campo, mas também como convidado para auxiliar na implementação de um sistema agroflorestal junto a comissão pastoral da terra (CPT), lembrando visitas de campo e estágios obrigatórios.

Por fim, não menos importante, à temática das expressões culturais do campesinato principalmente as regionais, estão presente desde o primeiro dia de aula e para além disso, ligadas a todas essas outras temáticas, pois oferecem múltiplas formas não convencionais de diálogo ou troca de conhecimentos com os educandos(as), agricultores(as), pescadores(as) e etc, além de sempre serem usadas como instrumento de abertura para as aulas do curso.

2 VIVENCIANDO O CURSO DE BACHARELADO EM AGROECOLOGIA CAMPEPINATO E EDUCAÇÃO POPULAR NA UFRPE

Já nas primeiras aulas do curso, entendi que aqui de fato era meu lugar, meu desejo de trabalhar com desenvolvimento territorial através da ação extensionista, estava mais próximo, mesmo morando na cidade, a conexão indireta, advindo da vivência com minha família na comunidade com o campo, me impulsionava a continuar construindo caminhos nesse movimento.

Ainda lembro muito bem da primeira atividade após a aula inaugural do 1º período em 2021.2, escrever e entregar uma carta falando sobre fome, reforma agrária e agroecologia, definindo o grau de conhecimento de cada aluno da turma, acerca das temáticas. O BACEP tem como público prioritário, famílias camponeses(as) e pessoas ligadas ao movimento social popular, mas não há nenhum impedimento para aqueles que não se encaixam nesse perfil, como é o meu caso. A composição de vagas consiste em 70% pessoas vindas do campo, e os 30% são ampla concorrência.

Vale registrar que desde os meus 14 anos de idade, trabalho como carregador em uma feira de produtos orgânicos no Recife, mas não tenho ligação direta com as associações ou movimentos ligados àqueles produtores. Isso tudo vai influenciar muito no meu desenvolvimento no curso visto que, as atividades de realidade campo são todas baseadas em meu próprio etnoagroecossistema, e vivendo na área urbana da cidade do Recife, tive que adotar um território longe de casa, levando assim, a sofrer com alguns problemas de logística e produção de relatórios coerentes com as temáticas de cada período.

Logo nos 2 primeiros períodos, fiz um mapeamento de algumas experiências se aproximavam com a proposta do curso de agroecologia, e acabei por adotar como território de estudo, a Horta Agroecológica Urbana Dandara coordenada pelo Centro Sabiá⁶. Ali no nascedouro de Peixinhos⁷, na cidade de Olinda no bairro de Peixinhos, que fica à cerca de 8km da minha casa, comecei a realizar as atividades de vivência realidade campo. Neste espaço pude acompanhar a produção de alimentos dentro da zona urbana, e entender a dinâmica social, cultural e produtiva daquelas agricultoras.

Para além disso, a ancestralidade e o contato com a terra, resgatam memórias afetivas e conectam os povos, que foram vítimas do êxodo rural anos atrás, que trazem o entendimento do trabalho com a terra e as plantas de forma sustentável e equilibrada. A horta não foi o meu

⁶ É uma organização não governamental com sede no Recife- PE, fundada em 1993, que trabalha para promoção da agricultura familiar nos princípios da agroecologia.

⁷ Espaço cultural popular, antes abrigo do antigo matadouro de bois da cidade de Olinda.

único território de adoção, posteriormente, no 5º período consigo a vaga de estagiário na Secretaria Executiva de Agricultura Urbana na Prefeitura do Recife, onde desenvolvo atividades no Sistema Agroflorestal Urbano e Compostagem (SAFUC) seguindo como meu território de atuação até a conclusão do curso. A mudança se deu em grande parte, pela falta de recurso para transporte e alimentação, nessa época a única renda que eu tinha era advinda do trabalho na feira de orgânicos, insuficiente para me manter no curso.

A metodologia adotada pelo Regime de alternância possibilitou minha permanência dentro do espaço acadêmico, eu não teria condições de arcar com os gastos de um curso no modelo convencional de ensino, me deslocando diariamente até a universidade durante os 4 anos de graduação nessas mesmas condições relatadas acima.

Diferentemente das Vivências Realidade Campo (VRC), as Vivências Universidade (VU) propõem ao estudante conhecer as bases teóricas das temáticas apresentadas em cada período, a partir da presença dos professores que fazem uso, em suas maioria de metodologias participativas e horizontais em suas aulas, não deixando de lado nem negligenciando a cultura daqueles que estão ali não só para aprender, mas também evidenciando assim uma construção científica que dialoga com o popular dentro da universidade.

Estabelece, assim, um princípio pedagógico central, já naquele momento. Princípio que o debate da intermulti-culturalidade na educação vem a evidenciar com muita força, confirmando não apenas seu status de princípio; mas elevando-o à condição de uma práxis pedagógica que queira ser coerente com a situação de diversidade cultural em que nos encontramos. Portanto, como diria Paulo Freire, temos que repensar essa práxis pedagógica se quisermos que ela seja autêntica no entorno em que acontece (Souza, 2007, p 92).

O autor acima, fala sobre método utilizado por Paulo Freire para alfabetização de adultos, mas esta práxis pedagógico como o autor apresenta, também está sendo a força para a formação de agroecólogos educadores dentro da academia, se contrapondo ao que historicamente, é um espaço que dá continuidade a um modelo bancário de ensino. Esse equilíbrio entre conhecimento científico acadêmico e conhecimento camponês proporciona uma maior adaptação aos estudantes, fazendo com que eles consigam se enxergar também como parte deste espaço.

Ainda comentando sobre a parte teórica do curso, em todas as vivências foram feitas indicações de livros, artigos, revistas, documentários - filmes e etc, como o dicionário da

agroecologia, O documentário Guerra de baixa intensidade⁸, o Documentário o Cabra pra morrer, que consta à história das ligas camponesas⁹, estes são exemplos que mais marcaram esses primeiros 2 anos de curso e me permitiram construir condições para se ter uma fundamentação coerente, facilitando o desenvolvimento das atividades práticas propostas pelos docentes no relatório.

Na parte prática do curso, para além das atividades de realidade campo, também temos as imersões de cada período, a mesma consiste no momento onde os estudantes e docentes saem do eixo acadêmico e vão para distintos territórios, priorizando a visita no etnoagroecossistema dos seus companheiros de turma, que podem estar dentro ou fora do estado de Pernambuco. Nas imersões, os estudantes conhecem outras realidades, formas diferentes de se fazer agroecologia, as temáticas do período são as responsáveis em fazer as articulações do visto na imersão com a teoria e a VRC, durante todo o curso. Foi possível conhecermos experiências de educação popular, extensão rural, expressão do campesinato e outras, ampliando nossa visão de estudantes para a agroecologia, como ciência, movimento interdisciplinar, transdisciplinar e seu papel transformador nas regiões, por meio da práxis.

Passamos pela Mata Sul, Mata Norte, Agreste, Sertão e Região Metropolitana do Recife - PE, respectivamente, cada território carrega uma nuance, características e potencial, percebe-se que dentro da própria região poderíamos encontrar experiências agroalimentares totalmente diferentes, mas que carregam as bases agroecológicas em sua construção. Visitamos famílias compostas por homens, mulheres, jovens, crianças e idosos resilientes, por uma ideia de mundo plural e sustentável. Foi no assentamento Jundiá que conhecemos uma agricultora experimentadora que resistia frente ao processo de envenenamento do seu território na mata sul, plantava diversidade dentro de seu sistema e denunciava os abusos advindos da contaminação por agrotóxicos que escorriam quando a chuva era grande. No sítio Agatha, a agroecologia se desenvolve como uma nova/velha forma ancestral de se pensar em sistemas produtivos com empoderamento racial, e debate crítico sobre o impacto negativo das energias renováveis como modelo de negócio capitalista, na mata norte.

Foi dentro desses muitos territórios que comecei a enxergar o papel central do educador agroecológico como extensionista, para o auxílio no desenvolvimento junto às famílias, através do processo de escuta ativa e construção coletiva nas atividades externas à universidade. Para além disso, foram nas imersões, onde os três pilares que regem a

⁸ Documentário conta à história de desapropriação do engenho Prado, mostrar os absurdos contra a dignidade humana na zona da mata norte de Pernambuco na cidade de Tracunhaém

⁹ Documentário sobre todo o processo que permeia a história das ligas camponesas em Pernambuco

universidade pública - ensino, pesquisa e extensão vão se apresentar mais fortemente. Adentrar assim na dinâmica rural que se contrapõe ao modelo tecnificado e no trabalho “com” os agricultores(as), e os métodos de acesso para com a especificidade de cada família ou grupo social.

3. EDUCAÇÃO POPULAR PARA UM NOVO ESPERANÇAR

“Não percebiam porém que ao negarem minha condição de educador, por ser demasiado político eram tão políticos quanto eu”

(Paulo Freire- Pedagogia da Esperança)

Neste capítulo em diante, começo a me debruçar sobre as temáticas que mais me tocaram durante essa trajetória de 4 anos na academia e principalmente externa a universidade.

Continuando nessa mesma linha de pensamento, o bacharelado em agroecologia faz com que o estudante não se limite somente ao espaço do seu etnoagroecossistema, mas que possa estar livre para conhecer de forma autônoma, como eu fiz em meu território, as múltiplas experiências que dialogam com a educação popular. Primeiramente vamos conceituar a palavra educação, a fim de construir uma separação entre educação hegemônica/bancária e educação popular respectivamente.. Para Brandão (2002, p.8) “a palavra educação remete a uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. O ensino bancário passa a direcionar o aluno a uma dinâmica totalmente fora de seu contexto, a partir de uma visão colonizadora. Ao contrário desta, surge um movimento educacional que coloca o oprimido como protagonista de sua própria história dando liberdade e esperança ao mesmo.

O autor também comenta sobre a característica cultural presente no conceito de educação, em seu livro “ O que é educação?” apresenta o fato de que a mesma pode ser construída em todo e qualquer ambiente, porém quando ela não vem carregada com esse aspecto de cultura ou seja quando perde a relação com a realidade, “deixa de ser totalmente livre e comunitária (não escrita) e é presa na escola, entre as mãos de educadores a serviço de senhores, ela tende a inverter as utilizações dos seus frutos: o saber é a repartição do saber” (Brandão, 2002, p. 14), assim observamos a centralização da educação escolar para determinada classe social com mais condições financeira. Como corte deste processo de liberdade e contextualização da realidade, pode levar à manutenção das desigualdades e manter o ciclo de pobreza e alienação com à classe mais pobre, manipulada pela classe mais abastada da sociedade. Se entendermos que este modelo de educação convencional imposto pelo estado serve muito bem para controle populacional pois, educa o sujeito a partir de uma dinâmica que não é a dele, através do apagamento cultural do seu povo, podemos chegar a conclusão do porque esse sistema educacional bancário e verticalizado, permanece sendo um

instrumento de pouca transformação social, construção de saberes limitados e geralmente disseminada dentro de espaços escolares seja ela pública ou privada.

Foi um grande prazer conhecer outras formas de se fazer educação, e todas elas estavam localizadas nos extremos da cidade, o que todas elas tinham em comum era o contexto popular onde surgiam e com quem elas estavam dialogando. Sendo assim, em quais locais da cidade a educação popular está se expressando? Identifiquei bastante experiências nas periferias, é ali onde tudo acontece, onde determinados grupos ou sujeitos entendem que há a exigência de uma intervenção para tentar solucionar os problemas sociais encontrados ali, que são muitos por sinal.

[...] quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? quem sente, melhor que eles os efeitos da opressão? quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade e lutar por ela. Luta que ,pela finalidade que lhe teremos oprimido, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falta generosidade referida (Freire, 1987, p. 17).

Em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, o educador Paulo Freire (1987) faz uma crítica ao modelo educacional da época relacionando está escrita com o seu livro anterior, o autor faz um reencontro com sua prática popular. A *Pedagogia do Oprimido* foi escrita para descrever um novo modelo de educação partindo das experiências daqueles que são oprimidos pelo sistema, é da vivência dessa classe que surge o debate acerca de uma educação popular como prática de liberdade e de um novo esperançar.

O Bacharelado em Agroecologia caminha inteiramente com a prática da educação popular pois enxerga que somente o fazer técnico produtivo sustentável ligando o vegetal e o animal, não é o bastante para conseguirmos a emancipação que tanto almejamos, partindo dessa afirmação, o curso, tem o objetivo de formar educadores e educadoras agroecólogas, para entenderem as necessidades das comunidades tradicionais rurais e/ou urbanas de maneira holística.

3.1 Educação popular “ de andata” na cidade do Recife

Sobre educação popular, Souza (2007) em seu livro, destaca a existência do papel teórico crítico nos processos educativos da prática em questão, sua característica de construção multicultural cria um diálogo entre cultura e traços culturais nessa grande diversidade em que vivemos.

Foi durante o primeiro eixo temático do curso - Conhecer o etnoagrossistema a partir das relações entre agroecologia, campesinato e educação popular que iniciei o diagnóstico para conhecer e mapear as experiências no meu território - Recife, onde vou aqui chamar “de andata”. Essa é uma expressão utilizada para designar o processo natural de reprodução dos caranguejos, pois Recife por ser uma cidade estuária, antes cercada por mangues, agora abriga uma selva de pedra plantada por cima da lama escura que abrigava os crustáceos.

Em minhas caminhadas pela cidade em busca de experiências relacionadas à educação popular percebi essa relação entre o movimento dos animais e como a prática educativa se espalhando pelos cantos da cidade, a fim de se reproduzir em locais periféricos. O educador e a educadora são como caranguejos que andam longos trajetos sofrendo riscos a qualquer momento, mesmo assim, continuam com o seu objetivo de reproduzir ou melhor, reproduzir sua ação para que a mesma alcance os lugares mais esquecidos da sociedade.

No bairro de Peixinhos, foi na biblioteca do nascedouro meu primeiro contato com experiências de educação popular após a entrada no BACEP. É entre os municípios de Recife e Olinda que o bairro de Peixinhos está situado, batizado com esse nome pois de acordo com os antigos pescadores dos bairros de Santo Amaro e Casa Amarela do Recife, vinham pescar no rio Beberibe que corta o bairro, sempre avistaram vários “Peixinhos”, com os anos o local ficou denominado pelo mesmo nome. O antigo matadouro de animais também funcionava neste local até os anos de 1970, onde teve suas atividades interrompidas, ocupado em 1997 dando lugar anos depois a biblioteca pública do nascedouro de peixinhos que desenvolve atividades com crianças, adolescentes e adultos relacionada à leitura, cultura e arte afro indígena.

Com o objetivo de mitigar problemas sociais vistos na comunidade, abandono do Estado e das pessoas que moravam na área, o movimento “boca do lixo” nos anos 2000, decide ocupar o antigo matadouro e restaurá-lo, dando origem à biblioteca que encontramos no local, segundo o Coordenador da Biblioteca (2025). Para além da biblioteca, ainda encontramos salão de dança e instrumentos populares para o ensaio de maracatus e afoxés. Em Peixinhos a construção de um processo educativo político e crítico se baseia na preservação e resgate cultural do bairro, o empoderamento de jovens negros e negras, fortalece a luta por melhores condições de vida neste território. Em seu livro, Souza (2007) relata o contexto histórico da educação popular e suas características.

Podemos afirmar que o resultado desse amplo processo, ao qual nos faz falta trazer vários outros elementos a seu debate, nos permite asseverar que a

Educação Popular, como teoria crítica dos processos educativos, põe em relevo a sua Contribuição para a construção da multiculturalidade pelas possibilidades que cria diálogo entre culturas ou traços culturais de uma cultura na diversidade em que vivemos, como foi o seu início nos círculos de cultura (Souza, 2007, p.97).

Todas as experiências visitadas por mim foram encontradas na internet a partir de pesquisas com algumas palavras chaves sendo elas (educação popular,cultura,movimentos sociais). Todas sem exceção tem esse aspecto da multiculturalidade em sua base; regionalizar a educação é fortalecer a conexão entre educando e território, como Freire (2018) traz em seu livro Pedagogia da Liberdade é necessário no processo educativo saber “estar com o mundo “ e não somente “estar nele”.

Outra experiência marcante, durante à Vivência Realidade Campo, foi na comunidade da Coque, Ilha de Joana Bezerra, zona sul da cidade do Recife, o maracatu nação de oxalá com o seu “rufar das alfaias” vem afirmar que sem cultura não há transformação popular. Fundado no ano de 2001, o grupo tem como objetivo acolher crianças e jovens dos 5 aos 23 anos através do batuque do maracatu de baque virado¹⁰, acabando com essa ideia de que só existe violência na comunidade.

Fazer com que os jovens enxerguem em seu território um local que produz esperança através da manutenção da cultura de seu povo é fundamental para todo e qualquer movimento de educação popular, pois o maracatu, o coco de roda e a capoeira, mesmo com todas as formas de opressão impostas são expressões que continuam caminhando e construindo futuro para meninos e meninas da periferia. Freire(1992) destaca o seguinte.

É preciso enfatizar que a multiculturalidade como fenômeno que implica a convivência num mesmo espaço de diferentes culturas não é natural e espontâneo. É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. Que demanda portanto uma certa prática educativa coerente com esses objetivos. Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças (Freire, 1992, p. 157).

Para o autor não existe processo educativo sem multiculturalidade, sem a inserção do cotidiano na prática educativa e social, hoje, já como associação o maracatu nação de oxalá acima de tudo constrói essa mesma ética, citada pelo autor e indiretamente, uma vontade política com aqueles que estão sendo assistidos pelo projeto.

¹⁰ Expressão popular Pernambucana caracterizada pela virada do ritmo pelos tambores e pelas influências africanas mais acentuadas

A criação de uma autoestima a partir dessas expressões negras e indígenas, ainda pretende desenvolver um senso de empoderamento dos jovens, que traz o reconhecimento, reconhecer de onde ele(a) vem, qual sua cor e porque é tão importante estar neste território. Em minha visita durante à VRC, logo no 2º ou 3º do curso, no ano de 2023 percebi um forte protagonismo daqueles que chegaram ainda crianças e permanecem no movimento perpetuando e compartilhando os ensinamentos passados a eles anteriormente.

Identificar essas características no território urbano, que em sua origem é formada por famílias que foram expulsas pelo processo do êxodo rural, podendo aproximar da cultura popular camponesa, como definido abaixo.

A Cultura Popular Camponesa tem se reproduzido não apenas como uma expressão do modo de vida camponês, senão também, como uma estratégia de fortalecimento dos povos em seus territórios. Ao Preservar seus costumes e tentar conduzir entre gerações seus códigos locais e de pertencimento, os camponeses têm fortalecido não apenas sua própria identidade, mas desenvolvido estratégias de resistência para a proteção de seus territórios. Buscar o diálogo com a Agroecologia, a partir de sua cultura, parece ser um caminho estratégico para os camponeses reafirmarem sua identidade e fortalecerem suas ações (Cabral;Gallar;Vara, 2019, p 107.).

Os autores(as) acima contribuem para o debate acerca da cultura popular camponesa como instrumento de reprodução e transição agroecológica, a comunidade do Coque como território tradicional e popular, também é favorecida com essa preservação, mesmo localizada em uma área classificada como urbana e não camponesa. Cabe a nós a necessidade de pensarmos agroecologia para além da produção alimentar, nesse caso trazendo outros fatores já mencionados neste capítulo.

A comunidade do Coque, sempre foi berço de cultura e arte de várias vertentes, mas pela inviabilização do Estado como na maioria das periferias populares, foi tachada como violenta e perigosa, durante os anos, os movimentos sociais, os grupos comunitários e as associações populares, conseguiram reproduzir seus ideais construindo um novo futuro de esperança através da educação popular.

Para além dessas 2 experiências outras também foram visitadas durante esse ciclo e no mesmo território, como o Núcleo educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), que utiliza várias vertentes da educação no processo de construção de um desenvolvimento social de crianças, jovens e adultos, Vale ressaltar à Comunidade Pequenos Profetas que também faz uso da cultura como instrumento de transformação social, somado ao debate da educação ambiental no seu telhado verde como sala de aula.

A educação popular produz liberdade de pensar, de agir e se expressar, ela acolhe todos e todas de maneira igualitária, sem preconceitos ou opressão. Ela de fato transforma vidas e salva pessoas, quando caminho por territórios que fazem esse tipo de atividade, é unânime a quantidade de relatos sobre o quanto aquele tempo preenchido com dança, à arte e outros, mudou a forma como as pessoas enxergavam o mundo a sua volta, os estereótipos que antes rotularam a essa população vão se apagando, dando origem a novos sujeitos críticos e territórios autônomos.

3.2 - Expressões culturais camponesas e a agroecologia

Para finalizar esse capítulo do memorial pretendo descrever um pouco sobre minhas experiências com as expressões culturais do campesinato, com base no cavalo marinho, o maracatu rural e o coco de roda, não me caberia nesse momento me aprofundar sobre cada uma delas ou suas características,mas sim definir a ligação que as mesmas têm com a agroecologia, a partir da definição do que é cultura para além da arte.

Para Santos (2009) descreve 2 concepções diferentes acerca do que é cultura, a primeira remete “a todos os aspectos da vida social”, já a segunda “remete especificamente ao conhecimento,as ideias e crenças de um povo”, ambas se complementam quando estão inseridas dentro do debate agroecológico. O BACEP em sua dinâmica preza pela inserção e contextualização constante do homem e da mulher do campo, então caberia entender a cultura não somente como as formas artísticas de se expressar. Em uma experiência como monitor de uma feira de troca de sementes crioulas observei como a cultura pode ser entendida como a forma que uma agricultora planta sua rama de batata-doce, conhecimento esse passado através dos anos pelos mais velhos.

Freire (2018) destaca em seus escritos sobre o método de alfabetização, retrata as descobertas que os educados veem ou desenvolvem, para o além do letramento, como o desenvolvimento cognitivo e cultural, quando diante de uma dificuldade, pensa e desenvolve estratégias que ajudem à melhorar sua vida, ser jeito de ser e estar no mundo, e isso se chama cultura.

[...] descobre, que ao prolongar os seus braços cinco a dez metros, por meio do instrumento criado, por causa do qual já não necessita apanhar sua presa com as mãos o homem fez cultura. Ao transferir não só o uso do instrumento, que funcionalizou, mas a incipiente tecnologia de sua fabricação, as gerações mais jovens, fez educação (Freire, 2018, p 166).

Nesta passagem o autor aborda com os educandos a distinção entre natureza do ser humano e cultura, nesse exemplo ele traz a fabricação de um instrumento. Trazendo para nossa realidade, podemos perceber que a forma com que as ramas de batata-doce comentadas acima vão ao chão fazem parte de uma aspecto da vida social daquele grupo familiar, somado a crença de que naquela posição as raízes se desenvolvem melhor, dando origem a mais alimento, para além disso a passagem dessa prática para a próxima geração configura-se também como exemplo de educação.

Cultura também se expressa como política, em minha visita ao sertão baiano conheci as comunidades tradicionais de fundo de pasto, caracterizadas pelo não cercamento da área de uso comum para pastejo dos animais. A luta e permanência da continuidade deste estilo de vida, o combate às diversas formas de opressão impostas por grileiros que querem se apossar das terras, isso conecta as comunidades tradicionais ao movimento agroecológico, como afirma os autores a seguir

Na agroecologia, em seus pressupostos e práticas, a valorização e recriação dos conhecimentos e técnicas acumuladas pelos povos originários e comunidades tradicionais nas suas correntes ancestrais – na agricultura, na culinária, na saúde, na educação e/ou na arte – é apresentada como vital para a garantia da sobrevivência humana. (Bonassa; Guilherme; Percasa, 2021, p 292).

Essa atenção para as expressões culturais camponesas é um dos pontos que vai diferenciar a agroecologia das outras ciências agrárias, em modelos convencionais de produção é quase irrelevante a atenção para as dinâmicas sociais de um grupo, comunidade e etc. Devemos estar cientes também que, cultura como práxis social ou seja “ligada ao todo da vida social” tornou-se disputa e ferramenta utilizada pelo sistema capitalista para continuar seus modelos de produção insustentáveis.

Na mata norte do Estado de Pernambuco, uma usina em específico se apresenta como empresa “ tradicional e familiar”, estando relacionada a monocultura da cana de açúcar. Contudo, traz nessa sua história e reforça à exploração do trabalho e o meio ambiente, quando continua usando muito agrotóxicos, não garantindo os direitos trabalhistas e outros passivos ambientais e sociais que deixa naquela região.

Percebemos nitidamente na passagem acima esse exemplo, a apropriação por parte do sistema para seu usufruto, o trecho a seguir nos leva a essa conclusão

Essa práxis social em que a cultura se desenvolve também é disputada pela visão hegemônica do sistema capitalista, e resulta em muitos conflitos. Por isso, faz-se necessário desmontar os pilares que a sustentam. Dado que estes pilares levam a um processo de alienação, eliminar a divisão social do trabalho e a propriedade privada, portanto, são tarefas vitais para se projetar uma cultura para a emancipação humana (Bonassa; Guilherme; Percasa, 2021,p 289)

Em nossas imersões na zona da mata norte, durante o 2º período e agreste no 3º, percebemos de forma concreta como as experiências já estão conseguindo se contrapor a essa alienação e conflito através da cultura agora expressada de forma artística.

Os folguedos como o cavalo marinho e o maracatu rural são expressões nascidas na zona canvieira e brincadas em sua maioria por cortadores de cana, trabalhadores da usina. No ano de 2023 percebi em nossa visita ao cavalo marinho boi pintado da cidade de Condado, uma mudança muito expressiva no contexto social do brinquedo. Os folgazões como são chamados, já utiliza se da cultura artística como meio de vida gerador de renda como o próprio mestre do boi pintado, trocou o facão e enxada usados para cortar a cana, pelo apito de marcação, hoje seu instrumento de trabalho. A cultura, mais do que nunca para os brincantes, tornou-se um dos instrumento de emancipação política, social e cultural.

E no agreste, vimos o coco de roda do quilombo Castainho, resgata ancestralidade e tradição a partir das letras cantadas pela mestra regente, a história daquele povo que emana resistência neste território sempre são exaltada. Essa vivência me lembra o que diz Caporal, Costabeber, Paulus (2005, p.3) “o resgate do conhecimento tradicional indígena, quilombola e camponeses e a luta pela terra se tornaram fundamentais para a instauração de processos de transição agroecológicas”.

Por fim, diante de tudo isso relatado é nítido o papel das expressões culturais do campesinato dentro do processo de transição agroecológica, cultura com esse aspecto multidisciplinar, político, educativo e artístico, pois sem cultura não há agroecologia.

4. DA ZONA DA MATA AO SERTÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS EM BUSCA DA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA

Como mencionado anteriormente meu objetivo principal ao entrar no bacharelado em agroecologia campesinato e educação popular era especificamente, ter condições técnicas e sociais para atuar no campo como extensionista, de certo que o curso ele tem muito essa pegada do social importantíssimo na construção do agroecólogo, não faria sentido manter um curso de agroecologia voltado somente a área técnico produtiva visto que trabalhamos dentro do etnoagroecossistema como um todo, de forma holística e sempre mutável.

O início da extensão rural no Brasil se dá a partir de 1948 quando o estado de Minas Gerais buscou ajuda de uma associação americana para auxiliar na educação de produtores rurais, criando assim a Associação de Crédito e Assistência Rural-ACAR. “Nos anos seguintes à medida que o programa de assistência se desenvolvia foram criadas, organizações regionais, como à Associação Nordestina de Assistência e Crédito Agrícola Rural-ANCAR” (Patrick, 1995, p. 9). O trecho listado abaixo vai se referir justamente a organização nacional que controla as associações regionais, o autor afirma o real objetivo desse trabalho de assistência, veja a seguir

Torna-se necessário a organização de um corpo técnico para contribuir diretamente com os aspectos relacionados à agricultura, possibilitando a criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. É importante frisar que a história da extensão brasileira não nasce das entranhas da realidade nacional, mas é um modelo imposto pelos interesses imperialistas do pós-guerra (Silva; Santos, 2012, p 27)

Quais eram esses interesses, afinal? alta produção de alimentos para comportar população que crescia a cada ano, porém em que isso acarretava?, no uso excessivo de veneno nas lavouras, apagamento da cultura alimentar de comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, fundo de pasto e camponeses) além de um processo de educação autoritária feita pelos agrônomos. A professora Lima (2012, p 42) faz uma crítica sobre o modelo posto acima de caráter conservador e difusionista. Ainda sobre essa passagem, em seu trabalho “ Os caminhos cruzados da extensão rural e da assessoria jurídica no empoderamento dos agricultores familiares brasileiros” a autora também destaca como esses interesses imperialistas auxiliam até os dias atuais nos problemas sociais das famílias rurais.

Na atualidade, vem se construindo por segundo Caporal (2015) uma nova concepção de Extensão rural agroecológica, que deve ser compreendida

um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para desenvolvimento[...]. (Caporal, 2015, p 177)

As ideias do autor ao trazer essa nova concepção de extensão rural agroecologia, é fruto do avanço político e cultural desse serviço, e uma resposta ao diálogo crítico que Freire (1983) fez à concepção inicial de extensão, onde surge quanto proposta educativa imperialista que, como ele mesmo falava, só beneficiava a burguesia, este trecho retirado do livro “extensão ou comunicação” escrito pelo mesmo, vai explicar o real papel de um extensionista e os atos que o levam a cair na armadilha do exercício convencional de se fazer extensão rural

Tal é o dilema do agrônomo extensionista, em face do qual precisa manter-se lúcido e crítico. Se transforma os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, sua visão de mundo, concorda com o conceito de extensão e estará negando o homem como um ser da decisão (Freire, 1983, p. 28)

Acima, Freire (1983), comenta sobre o agrônomo, porém, hoje muitas outras formações podem levar a este trabalho. De acordo com Lima (2012) a revolução verde trouxe impacto nacional na forma como se trabalhava com agricultura, após a segunda guerra mundial e final da década de 40, os Estados Unidos com uma total intenção política de controle, financiou a formação de sujeitos para o serviço de ATER nos moldes americanos, fazendo com que em pouquíssimo tempo, já podemos sentir os Pacotes tecnológicos, com o maquinário, os insumos químicos, as sementes modificadas e o extensionista que detinha o papel de “manipular” agricultores a seu favor. Ainda segundo a autora acima, chama atenção para a possibilidade de um profissional com uma postura diferenciada, como já dizia Freire (1983, p. 28) “[...] Se, ao contrário, afirmam através de um trabalho dialógico, não invade, não manipula, não conquista; nega, então, a compreensão do termo extensão”.

Fazendo uma leitura mais contemporânea da extensão rural Lima, aponta os desafios.

Um desafio da extensão rural no século XXI está vinculado a importância da formação universitária para educadores agrícolas, que sejam não apenas tecnicistas, mas que tenham como compromisso a luta pela transformação da realidade das populações rurais. Infelizmente, essa não é a formação que vivenciamos nas nossas universidades (Lima, 2012, p. 76).

Fundamento minha fala acima a partir do trecho desta autora, o BACEP entende a necessidade de pensarmos dentro do espaço universitário meios de disseminar o debate acerca da extensão rural e suas vertentes convencional e agroecológica.

Durante as visitas a todas as regiões do estado de Pernambuco e fora, seja nas imersões ou VRCS é muito forte em todas as experiências o processo da extensão rural agroecológica por parte, principalmente das organizações não governamentais, mas também escancara os poucos técnicos de campo nesse trabalho, sendo a falta de recurso o maior problema para o andamento das atividades ficando pesado para as equipes dar conta das muitas metas impostas pelo projeto. Quais as condições perfeitas para um extensionista exercer sua função? Acredito fortemente que não seja assessorando mais de 100 famílias. Caporal (2015) faz uma crítica sobre a disponibilidade de famílias para cada técnico responsável e como essa relação deve ser mutável para as especificidades de cada região. Então se queremos estabelecer melhores características qualitativas ao serviço de extensão rural precisamos reavaliar estes serviços a partir de elementos adaptados a cada localidade.

Mesmo que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para agricultura familiar e reforma agrária¹¹ (PNATER) de 2010 não estipule a referência de técnicos por famílias assessoradas, ainda assim vai estabelecer em seu art. 3, que fala sobre os princípios dessa política (Brasil, 2010, p. 3), “gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural”. A qualidade no serviço de ATER está ligada a determinados fatores como a sobrecarga dos extensionistas mencionada anteriormente.

Agroecologia e extensão rural vão se complementando à medida que à família agricultora insere uma parte de seus ingredientes dentro de uma “panela conjunta” ou seja, a soma das ideias de ambos os participantes tanto os agricultores quanto às agricultoras. Depois o técnico vai complementando também com seus materiais, a fim de ter no final um produto

¹¹ A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi criada pela Lei nº 12.188/2010, sob formulação e supervisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o fortalecimento da ação governamental de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A Lei conta com um conjunto de doze objetivos de diferentes âmbitos, como a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o apoio ao associativismo e cooperativismo, a promoção da melhoria de qualidade de vida dos beneficiários e o fortalecimento da aproximação da Ater com a pesquisa acadêmica

coletivo, onde ambos estejam satisfeitos, essa analogia foi feita por uma professora convidada durante uma aula de movimentos sociais no bacharelado.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) na zona da mata norte e sul, o Diaconia no sertão e o Centro Sabiá no agreste são exemplos de organizações que já dialogam com a agroecologia há muito tempo. Todas mobilizadas a melhorar a qualidade de vida para agricultores e agricultoras familiares. Vi de pertinho o trabalho realizado por elas e quando estive conhecendo acompanhado por um colega de curso responsável, pude contribuir em algumas visitas técnicas, ajudando na parte de implementação do projeto, auxiliando o técnico responsável, que consistia em uma agrofloresta dentro de um assentamento na cidade de Tracunhaém, na zona da mata norte do Estado de Pernambuco, sempre estimulando essa vontade de estar mais perto das famílias.

Dentro da sala de aula temos passagens bastante ricas acerca do tema e no território externo, percebemos na prática como todo o processo vai acontecendo desde um café com prosa¹², passando por um diagnóstico rural participativo até chegar de fato na realização das atividades.

Uma das diferenças da extensão rural convencional para a agroecológica é certamente o debate político. A agroecologia como ciência, movimento e prática política, luta também a favor da agricultura familiar, diante disso, temas como a reforma agrária não podem ser colocados em segundo plano, como normalmente são nos espaços convencionais de outros cursos das ciências agrárias.

Ainda Freire (1983) discute o papel autocrítico desse extensionista convencional e como suas ações reverberam durante os anos, muitas vezes deixando de lado o respeito ao conhecimento tradicional do camponês, para impor pseudo transformações que são usadas, para aumentar o status dos órgãos e instituições de trabalho, seja privada ou pública.

Da metade do século XX até os dias atuais, muita coisa mudou, porém ainda permanecem os latifúndios e as monoculturas, somado a esse sistema intensivo temos, sementes geneticamente modificadas, venenos herbicidas nocivos a saúde humana e profissionais dispostos a divulgar todo esse pacote de forma extensa aos montes. A seguir Caporal (2015) conceitua a ação do extensionista que ele chama de tradicional, sendo assim:

Como sabemos, tradicionalmente a extensão rural é entendida como uma deliberada intervenção, de natureza pública ou

¹² Instrumento participativo apresentado durante aula de extensão rural, ele está ligado a receptividade do camponês e camponesa de oferecer algo para quem visita a casa beba ou coma, o extensionista aproveita esse primeiro momento para trocar uma conversa de forma a fazer um pré-diagnóstico da família.

privada, em um espaço rural dado (um agroecossistema, uma propriedade rural, uma comunidade, um povoado, uma microbacia hidrográfica, etc.), realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientada à realização de mudanças no processo produtivo agrosilvopastoril, ou em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Trata-se de uma intervenção intencionada, movida por objetivos normativos e levada a cabo através de um processo comunicativo que envolve inúmeros atores possuidores de diferentes conhecimentos e situados em posições assimétricas de poder (Caporal, 2015, p 152)

A prática da extensão rural como bem colocado anteriormente não foi levada ao “pé da letra”, Caporal (2015), compara alguns elementos para classificar e diferenciar a prática convencional da agroecológica. Baseados nestes elementos podemos oferecer uma transição agroecológica que realmente surta efeito na transformação social das famílias rurais, porém para que tudo isso ocorra de maneira positiva ainda temos que enfrentar vários desafios como a falta de recurso para políticas voltadas a essa temática.

De acordo com a PNATER (Brasil, 2025), houve um corte orçamentário significativo de 2014 - 2022 partindo de mais de 1 bilhão para menos de 30 milhões, com um aumento discreto nos anos seguintes, refletindo no andamento de atividades das organizações não governamentais e associações que prestam o serviço.

Partindo desse conjunto de conhecimentos teórico, da necessidade de viver de forma concreta fora do ambiente acadêmico uma experiência extensão rural que detenha de características éticas, políticas, culturais, sustentáveis e produtivas, aproveitei para realizar meu Estágio Supervisionado Obrigatório 1 (ESO 1), para conhecer o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) no sertão da Bahia.

4.1 - ESO 1 - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)

“No semiárido não falta água, falta justiça”

Dom José Rodrigues

O Instituto de Pequena Agropecuária Aplicada (IRPAA) foi fundado em 1990, são exatamente 35 anos voltados a promoção da qualidade de vida no semiárido Brasileiro, no desenvolvimento de técnicas e tecnologias capazes de favorecer a manutenção da vida dessa população, vai se construindo a partir das dinâmicas participativas entre camponeses e colaboradores.

De acordo com o próprio site oficial da organização, seus trabalhos se concentram na

“formação e valorização da pessoa humana através da consolidação desta convivência com o semiárido, visando alcançar o bem viver e plena qualidade de vida”(IRPAA,s/d) está fala, como muitas outras estão espalhadas pelos corredores e acessos da Organização Não Governamental (ONG), prontas para lembrar a todos pelo que eles lutam a mais de 3 décadas. Sua missão é simples mas altamente poderosa: ”Consolidar a Convivência com o Semiárido visando alcançar a plena qualidade de vida” (IRPAA,1990, p. 1).

Durante o período de 08/07 até 22/07/2025, que equivale a 120hs que estive desenvolvendo o estágio no IRPAA, estive vinculado ao eixo produção apropriada,responsável pela captação de recursos e ,submissão de propostas em editais nacionais e internacionais para financiamento dos projetos desenvolvidos e acompanhados pela equipe técnica.

No primeiro momento acompanhei o curso de formação de jovens para convivência com o semiárido e no segundo momento, acompanhei à equipe técnica no projeto “ATER Bahia sem fome” na comunidade Canavieiras - município Curaçá. Ainda dentro desse período, aconteceu a experiência na Oficina sobre captação de água (com duração 8hs) de chuva na comunidade Canudos Velho, no município de Canudos.

O Instituto Regional de Pequena Agropecuária apropriada que tem sua sede localizada no município de Juazeiro-BA, cidade essa que está inserida no grupo de 1.216 localidades que formam o território da caatinga brasileira, possui 3 estruturas físicas no território do Rio São Francisco: a sede de Juazeiro-BA, o Centro de formação “Dom José Rodrigues”¹³ e o Centro de Formação do Vale do Salitre. O processo educativo da extensão rural agroecológica desenvolvida por essa instituição, se dá a partir da vivência diária com aqueles assessorados pelo IRPAA, sejam eles estudantes ou famílias agricultoras que tive contato durante esse período do ESO 1.

Cartilhas produzidas pelo instituto, vem sendo compartilhadas dentro dos territórios,com o objetivo de divulgar as técnicas e tecnologias entre os próprios grupos gerando autonomia, visto que existe um tempo entre cada visita técnica em média 3 meses. A falta de recursos, acaba afetando a logística das visitas, mas ainda assim o Instituto continua trabalhando a favor das comunidades tradicionais e não abre mão de instituir novas bases para contrapor essa extensão rural convencional muito persistente no sertão da Bahia nas monoculturas de manga e uva. O IRPAA se baseia em objetivos, ideias, missões e políticas

¹³ Neste espaço, que é rico na preservação da biodiversidade do bioma Caatinga e outras plantas adaptadas, acontecem formações voltadas para a Convivência com o Semiárido, servindo também como vitrine e área de experimentação de tecnologias sociais consolidadas ou em fase de pesquisa, que podem contribuir com a vida das comunidades desta região.

que não seriam suficientes para serem caracterizadas para o conviver com o semiárido, região que naturalmente passa por ciclos de estiagem traz uma abordagem para além da produção.

Aqui chegamos a ligação entre agroecologia e convivência com o semiárido, conversando com meu supervisor sobre essa relação, ele me afirmou que ambos se relacionam em defesa do resgate cultural, biológico e social da caatinga, não estamos falando só de produzir alimentos saudáveis mas também de respeito às tradições regionais, da diversidade regional que é o sertão.

O IRPAA já deixou de fazer extensão rural convencional a muito tempo, a assessoria técnica para convivência com o semiárido já pode ser caracterizada como extensão rural agroecológica baseado em alguns indicadores de Caporal (2015) São eles:

- Desenvolvimento local
- Agricultor em primeiro lugar
- Ecosocial ¹⁴e busca de estilos de desenvolvimento sócio-economicamente equilibrado.

A exploração das áreas do semiárido baiano para o monocultivo estão crescendo anualmente, ciente disso o Instituto permanece fortalecendo ações ligadas ao desenvolvimento local a partir da convivência com o bioma caatinga lutando contra formas agressivas de produção extensiva. Todos os projetos são apresentados de forma a priorizar a participação dos agricultores realçando sua posição nas decisões. Estabelecer interação entre homem, mulher e natureza, incorpora a parte Ecosocial da assessoria técnica.

Para reforçar ainda mais essa relação entre técnicas e tecnologias para convivência com o semiárido e agroecológica, no mês de outubro de 2025 ocorreu o 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia na cidade de Juazeiro - BA e o IRPAA, juntamente com outros coletivos, trabalharam na construção desse evento, que é o maior congresso sobre agroecologia da América Latina, deixando explícito o compromisso da ONG com o debate agroecológico

¹⁴ Interconexão entre questões ecológicas e sociais, buscando o desenvolvimento sustentável que integra bem-estar humano e ambiental

4.2 - ESO 2 - Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS)

Durante o ESO 1 tive o prazer de conhecer a experiência da Escola Família Agrícola de Sobradinho (EFAS), através de um intercâmbio oferecido pelo IRPAA, visita essa que acabou me despertando um interesse em retornar aquela região o mais breve possível. Sendo assim, com o incentivo da minha orientadora e com muitas ideias na cabeça, no 8 período optei por voltar ao sertão baiano para conhecer uma escola de referência em educação do campo e convivência com o semiárido.

A EFAS foi fundada no ano de 1990 a partir de uma mobilização social que envolveram associações comunitárias, igrejas, instituições estrangeiras e órgão públicos, a fim de criar um espaço onde a formação de sujeitos para convivência com o semiárido, a partir da educação contextualizada, fosse prioridade. De início a escola oferecia apenas o ensino fundamental II, atualmente, acolhe 230 estudantes divididos entre ensino fundamental II e ensino profissional médio - Técnico em Agropecuária.

A Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Sobradinho (AMEFAS) composta por pais de alunos(as) e egressos(as) da unidade de ensino, mantém a escola em pleno funcionamento através de recursos adquiridos por parceiros da associação. Diferentemente de uma escola privada, as escolas famílias agrícolas não impõem um valor para a permanência do educando, sendo totalmente gratuito a oferta tanto do curso quanto do ensino fundamental.

À escola tem como princípio metodológico e pedagógico o Regime de Alternância, que consiste em 2 semanas na escola (Tempo Escola) e 2 semanas com à família/comunidade (Tempo Comunidade). Tive à oportunidade de acompanhar apenas o tempo escola das seguintes turmas (2 semanas cada), nas 2 primeiras semanas as turmas do 9º ano do ensino fundamental e o 1º e 3º de educação profissional técnica de nível médio em agropecuária integrado ao ensino médio. Nas 2 outras semanas, foram o 7º e 8º ano, juntos com o 2º e o 4º ano de educação profissional técnica de nível médio em agropecuária integrado ao ensino médio. Os estudantes passam essas 2 semanas alojados num ambiente totalmente confortável e muito completo, refeitório, dormitórios masculinos e femininos, muitos banheiros espalhados pelas dependências, acesso a biblioteca, campo para práticas poliesportivas, laboratórios vivos, agro caatinga, aprisco, quintal produtivo, galinheiro, apiário e casa do mel, viveiro de plantas nativas, casa para produção de ração e outros espaços que vão ajuda-los(as) a conhecer tecnologias e praticar técnicas para serem compartilhadas em seu próprio território.

A escola também dispõe de um corpo colegiado formado por coordenação pedagógica, professores das múltiplas áreas de ensino, técnicos extensionistas atuantes em projetos que a escola participa e monitores que vão auxiliar na manutenção da escola, controle e cuidados dos discentes, sua maioria é formada por egressos da escola.

Refletindo sobre Educação contextualizada¹⁵, regime de alternância e convivência com o semiárido, entender de fato o conceito de educação do campo é fundamental para, compreender o papel da EFAS na vida e trajetória dos discentes, sendo assim

A educação do campo é compreendida desde uma perspectiva histórico e pedagógico está enraizada no contexto das lutas emancipatórias dos povos do campo. Esta educação que se apresenta como expressão da trajetória de movimentos sociais do campo, se caracteriza como contra-hegemônica na defesa de um outro projeto societário alicerçado sobre as bases da ruptura com o modelo hegemônico (Silva, 2016, p 13)

Fazendo analogia à experiência e as aulas do BACEP, na temática de educação do campo, percebemos a diferença entre os tipos de educação, aquela que só ocupava um espaço rural e perpetuavam o mesmo ensino urbano convencional, como a minha própria experiência técnica no IFPE, já a EFA faz uso da dinâmica do campo como forma de se contrapor ao sistema educacional vigente.

Durante uma oficina formativa para educadores do campo oferecida pelo IRPAA dentro da unidade, foram apresentadas algumas nuances da educação do campo. aquela classificada como contextualizada que o autor a seguir sugere como ação ou seja

Contextualizar, portanto, é esta operação mais complicada de descolonização. Será sempre tecer o movimento de uma rede que concentre o esforço em soerguer as questões “locais” e outras tantas questões silenciadas na narrativa oficial, ao status de “questões pertinentes” não por serem elas “locais” ou “marginais”, mas por serem elas “pertinentes” e por representarem a devolução da “voz” aos que a tiveram usurpada, roubada, negada historicamente (Martins, 2004, p. 4).

O autor sugere uma relação entre contextualizar e descolonizar porém com o mesmo objetivo integrar aos assistidos o seu contexto, a sua realidade, nesse caso o semiárido baiano

¹⁵ Esta pode ser concebida como uma práxis, um processo elaborativo de conhecimentos teóricos e práticos que tem como princípio a convivência com o território dos sujeitos, o respeito à condição de vida do indivíduo, à realidade local como ponto de partida e de chegada dos conhecimentos diversos, que não a torne fechada em si mesma, pois se opõe ao modelo universalista de educação, não buscando ferramentas para aprisionar o sujeito àquele determinado conhecimento, mas de maneira que o extrapole, que vá além do saber, tornando-se ferramenta fundamental para a emancipação e libertação, ampliando o que já sabe, experimentando o que não conhece.

que não é igual a zona da mata de Pernambuco também caracterizada como região semiárida, são questões culturais diferentes, climáticas, sociais e etc. Para isso devemos quebrar o elo dos oprimidos com a culturalização dos opressores, que ainda hoje permanecem colonizando através da educação.

A educação contextualizada do campo para convivência com o semiárido não é muito diferente da educação popular que Paulo Freire tanto almejava. Durante a vivência acompanhei aulas das mais variadas disciplinas e pude constatar que em todas sem exceção, possuem elementos da dinâmica daqueles(as) adolescentes, matemática, geografia, português e tantas outras matérias base, se concentram em falar abertamente sobre aquela região, na perspectiva do oprimido e não do opressor.

A exaltação do semiárido como região de abundância cria novas expectativas de futuro, não se fala mais em ir embora para capital do estado, toda aquela falácia inventada sobre o sertão das crianças com barrigas inchadas e chão rachado vem sendo apagada a medida que entendemos na prática como se vive neste território.

5. CONCLUSÃO

Educação popular, expressão corporal do campesinato e extensão rural agroecológica, formam os três pilares que vão me guiar nos próximos capítulos de minha história. As temáticas em questão me ajudaram a entender a agroecologia como ciência, aquela que acontece formalmente na universidade mas também dentro das comunidades, a prática do fazer concreto, seja na implementação de técnicas sustentáveis ou dentro da sala de aula, e movimento que vai guiando o agroecólogo(a), em seu projeto de vida profissional e social. Durante esses 4 anos, estive presente em diversas mobilizações populares (passeatas, ocupações, protestos) que dialogam diretamente com esse movimento agroecológico.

Ter o prazer de receber o título de educador popular é carregar uma responsabilidade grande para a construção de outros seres pensantes e críticos. Durante meus dias na EFAS carregava sempre comigo ao adentrar dentro de mais uma turma, a curiosidade de saber como minhas falas a partir daquele momento iriam guiar ou não os educandos e educandas, se caso eu exercesse o papel de educador daquele espaço. Mas todas as trocas que tive, me fizeram compreender a importância da construção educativa e coletiva. Sou responsável sim, por minhas falas, mas o futuro do sujeito que estou educando/a pertence a ele mesmo, educar também é criar liberdade para fazer.

O bacharelado em agroecologia campesinato e educação popular, tem total capacidade de preparar o estudante para atuar, como extensionista nos mais diversos territórios e regiões, pois a especificidade de cada experiência é sempre colocada em evidência durante as aulas, eu mesmo pude constatar e sentir isso em minhas andanças nos assentamentos e comunidades tradicionais e urbanas, o agroecólogo educador deve estar sempre atento às muitas características internas da comunidade, para isso é imprescindível escutar aqueles que estão lá dentro, como uma relação fluida, equilibrada e horizontal educar ao mesmo tempo que aprende.

Fluida porque vai se moldando à medida que a assessoria técnica acontece, a horizontalidade significa dizer que todos estão ali para aprender com o outro, uma soma de conhecimentos participativos, porque toda a atividade está se construindo em conjunto.

Vale ressaltar que a extensão agroecológica, à extensão rural quilombola, à extensão rural indígena e tantas outras formas adaptadas de prestar um serviço que esteja relacionado aos moldes de determinado povo e território. Todos esses pontos acima, vão evidenciar um trabalho de ATER que rompe com os modelos convencionais impostos pelo capitalismo produtivo.

Depois de todo esse trajeto percorrido, somado a todas as experiências vivenciadas, conluo esse memorial com a certeza de que fiz a melhor escolha ao ingressar no BACEP, a agroecologia mudou minha forma de enxergar a vida e abriu meus olhos a respeito de várias situações do meu cotidiano, estimulou minha criticidade e ampliou meus horizontes,consegui fazer extensão universitária e também participar de um projeto de pesquisa como bolsista,participar dessa história no bacharelado em agroecologia campesinato e educação popular foi muito gratificante, e novos frutos vão surgir a partir desse momento.

REFERÊNCIA

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, **política nacional de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar e reforma agrária**, Brasília. 2010
- BRASIL, Ministério do Planejamento e orçamento **Relatório de avaliação executiva: política nacional de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar e reforma agrária**, Brasília, 2025
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural In: **Congresso Brasileiro de Agroecologia**, 3., Florianópolis. Anais... Florianópolis: CBA, 2005.
- CAPORAL, F. R. (coord.). **Extensão Rural e Agroecologia: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Recife, 2015.
- CABRAL, B. E. S.; GALLAR, D.; VARA, I. G. Diálogos e convergências entre agroecologia e cultura popular camponesa. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 2, p. 97-107, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/50123/38096>. Acesso em: 04 jan. 2026.
- FERNANDES. J. **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada**, São Paulo: Letramento, 2019
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P.. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA. **Missão**.s/d. Disponível em< <https://irpaa.org/institucional>>.. Acesso em: 10 dez.2025
- LIMA, I. de S. (org.). **Extensão rural e desenvolvimento local: uma proposta metodológica para relação da teoria com a prática**. Recife: EDUFRPE, 2012.
- MARTINS. J. S. da. Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semi-Árido. In: **Educação para a Convivência com o Semi-Árido Árido: Reflexões Teórico-Práticas**. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, RESAB, 2004.
- SILVA, A. B. da; SANTOS, C. D. dos; EMATER-PARÁ. Metodologias de ATER e Pesquisa com Enfoque Participativo. **Coleção Estudos e Pesquisas**. Relatório Técnico. Edição Especial. Marituba: EMATER-PARÁ, 2012.
- SILVA, C. P. da. Movimentos sociais e educação do campo; ensaio de práticas pedagógicas contra hegemônicas in: COSTA, A. T. da . **Educação do campo questões teóricas metodológicas**, Pernambuco: RENAFORM - UFRPE, 2016. cap.1,p 13-28
- SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**, 16 ed. São Paulo, Brasiliense, 2009
- SOUZA, J. F. de. **E a educação popular, quê?** Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Pernambuco: NUPEP-UFPE, 2007.
- PATRICK, G. F. **ABCAR como instrumento da política de desenvolvimento agrícola**, Instituto de Planejamento e Economia Social (IPEA), 1995.

PERCASSI, J; BONASSA, J; GUILHERME, S; .Cultura e agroecologia. In. RIGO, A.; CASSOL, A; ADRIANO FILHO, J.; PEREIRA, L. M. G. (Org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p 287 - 294

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO-UFRPE, **Projeto político pedagógico do curso bacharelado em agroecologia**. Pernambuco, UFRPE, 2018